

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO DISTRITO FEDERAL:

O PAPEL DOS/AS EDUCADORES/AS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS/AS

SUMÁRIO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO

Este sumário executivo apresenta os principais resultados da pesquisa **“Educação inclusiva no Distrito Federal: o papel dos/as Educadores/as Sociais Voluntários/as”**. A pesquisa buscou compreender o perfil desses profissionais, seus incentivos para o ingresso e permanência no programa, além dos desafios para o desempenho da função. Entender quem é esse ator pouco explorado pela literatura científica permitirá aprimorar políticas públicas voltadas à educação inclusiva e ao atendimento de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O estudo adotou a definição de educação inclusiva trazida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008. A normativa pontua que estudantes com deficiências e/ou transtornos devem ser inseridos em escolas regulares e em salas comuns. As escolas devem promover o atendimento às necessidades educacionais especiais do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE).

Para fazer referência aos alunos contemplados pela educação inclusiva, foi utilizado o termo “alunos com necessidades educacionais especiais”, adotado pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, a partir da Resolução nº 02, de setembro de 2001, e por Mendes (2015). O termo abrange todos os alunos que apresentam algum tipo de limitação ou alteração física, motora, sensorial, linguística, cognitiva, altas habilidades, síndromes diversas e distúrbios de conduta.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada a partir de métodos **quantitativos** e **qualitativos**.

Os dados foram coletados através da realização de **survey** e **grupos focais** com educadores/as sociais voluntários/as; e **entrevistas** com gestores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e diretores de escolas públicas do DF.

PRINCIPAIS RESULTADOS

PERFIL DOS/AS EDUCADORES/AS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS/AS (ESVS) NO DISTRITO FEDERAL



83,5% dos/as ESVs respondentes são mulheres e 14,8% são homens



53% dos/as ESVs respondentes possuíam entre 30 e 49 anos. A faixa etária mais nova, entre 18 e 24 anos, corresponde a 16% dos/as respondentes. Apenas 2% possuíam 60 anos ou mais



55% dos/as ESVs respondentes se identificaram como pessoa parda, 24,8% como branca e 17,3% como preta. Em menor número, estão os respondentes indígenas (0,5%)

- A maioria dos/as ESVs respondentes declarou ter formação na área das Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes (67%). Há, também, ESVs com formação em Ciências Exatas (6%), Ciências Biológicas, Engenharia/Tecnologia (6%) e Ciências Agrárias (1%);
- 57% não possuíam outra ocupação além de ser Educador/a Social Voluntário/a;
- 29% dos/as respondentes declararam como **motivação** para atuarem como ESVs a experiência pessoal com crianças e/ou adolescentes com deficiências e/ou transtornos; 24% indicaram a busca por uma oportunidade profissional e 16% apontaram a necessidade de colocar em prática os conhecimentos obtidos na universidade;
- A necessidade financeira, atrelada ao estado de desocupação laboral, ganhou destaque nos grupos focais como motivação para se inscrever no programa. A busca por uma experiência profissional também foi mencionada.

Os/as ESVs respondentes indicaram possuir as seguintes escolaridades:

Tabela 1 – Escolaridade dos/as ESVs respondentes

Escolaridade	Total	Percentual
Fundamental incompleto	3	0,2%
Fundamental completo	5	0,3%
Médio incompleto	11	0,6%
Médio completo	271	14,6%
Superior incompleto	382	20,6%
Superior completo	770	41,5%
Pós-graduação	411	22,1%
Prefiro não responder	3	0,2%

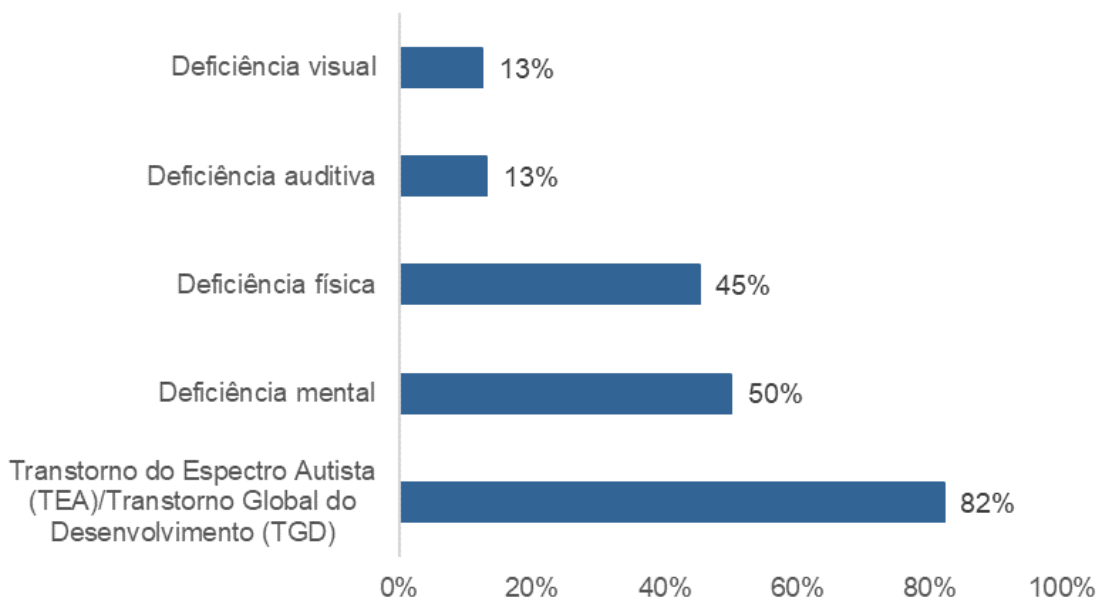
Fonte: Educação Inclusiva no Distrito Federal - 2024.

Elaboração: Dijos/IPEDF Codeplan.

ATUAÇÃO DOS ESVS

Os/as ESVs respondentes da pesquisa apontaram quais eram os tipos de deficiências e/ou transtornos dos estudantes que estavam sob seu acompanhamento:

Figura 1 - Tipos de deficiência e transtornos dos estudantes acompanhados pelos/as ESVs



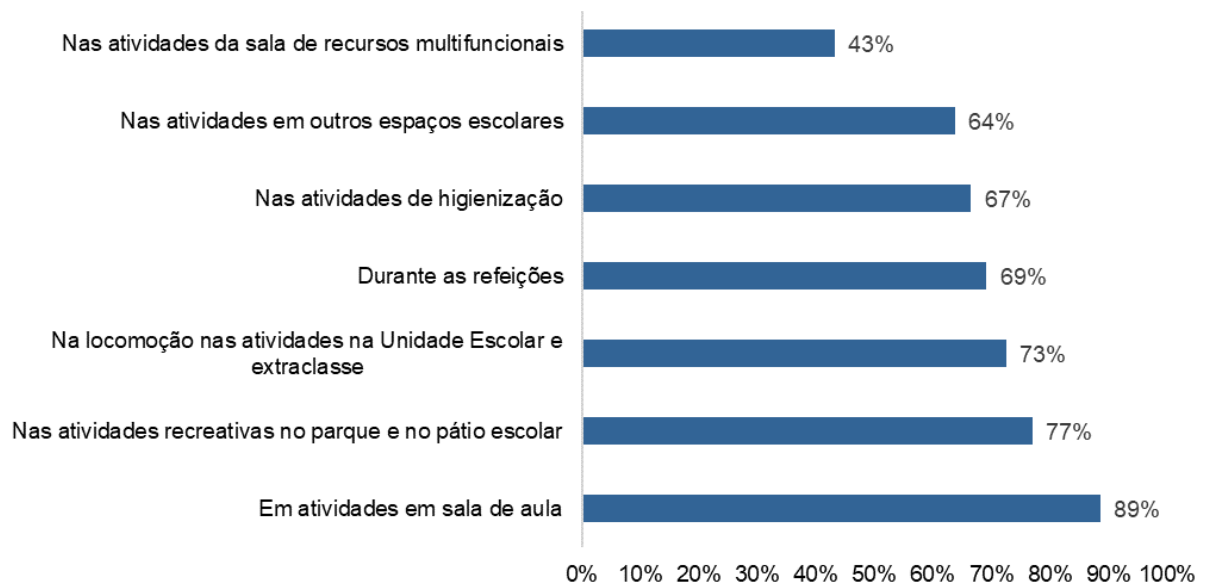
Fonte: Educação Inclusiva no Distrito Federal - 2024.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

- Ter acesso ao laudo é importante para a elaboração de um plano pedagógico voltado às especificidades da criança e/ou adolescente. Contudo, há relatos de **dificuldades** das famílias em conseguirem um laudo ou, quando conseguem, do/a ESV não ter acesso a ele, gerando obstáculos no acompanhamento e auxílio ao aluno.

Os/as ESVs que responderam à pesquisa indicaram em quais tipos de atividades eles auxiliam os estudantes com necessidades educacionais especiais:

Figura 2 - Tipos de atividades em que o/a ESV auxilia os estudantes com necessidades educacionais especiais



Fonte: Educação Inclusiva no Distrito Federal - 2024.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

- Na perspectiva dos gestores, a atuação do/a ESV não tem um caráter pedagógico, o qual é reservado ao professor. Prestam auxílio nas atividades relacionadas com a locomoção, alimentação e outras do cotidiano do aluno com necessidades educacionais especiais;
- Os relatos nos grupos focais mostram que, em sua maioria, as escolas não possuíam estrutura e material para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- A importância da criação de vínculos entre o aluno com necessidades educacionais especiais e o/a ESV para o processo de aprendizagem foi pontuada pelos gestores das unidades educacionais;
- Quando se trata da relação entre ESVs e professores, os gestores relataram que, em alguns momentos, é necessário mediar os conflitos que podem surgir entre esses dois atores, por conta da atribuição de funções.

- Na percepção de alguns gestores, o papel do/a ESV foi avaliado como fundamental para a inserção do aluno em todas as atividades que integram o ambiente educacional;
- Há uma percepção sobre os/as ESVs como agentes que potencialmente preenchem uma lacuna de acessibilidade demandada pela educação inclusiva nas instituições escolares.

DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sobre o que mais dificulta a atuação dos/as ESVs,
os/as respondentes do *survey* sinalizaram
os seguintes aspectos:

Figura 3 - Percepção dos/as ESVs sobre o que mais dificulta a sua atuação



Fonte: Educação Inclusiva no Distrito Federal - 2024.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

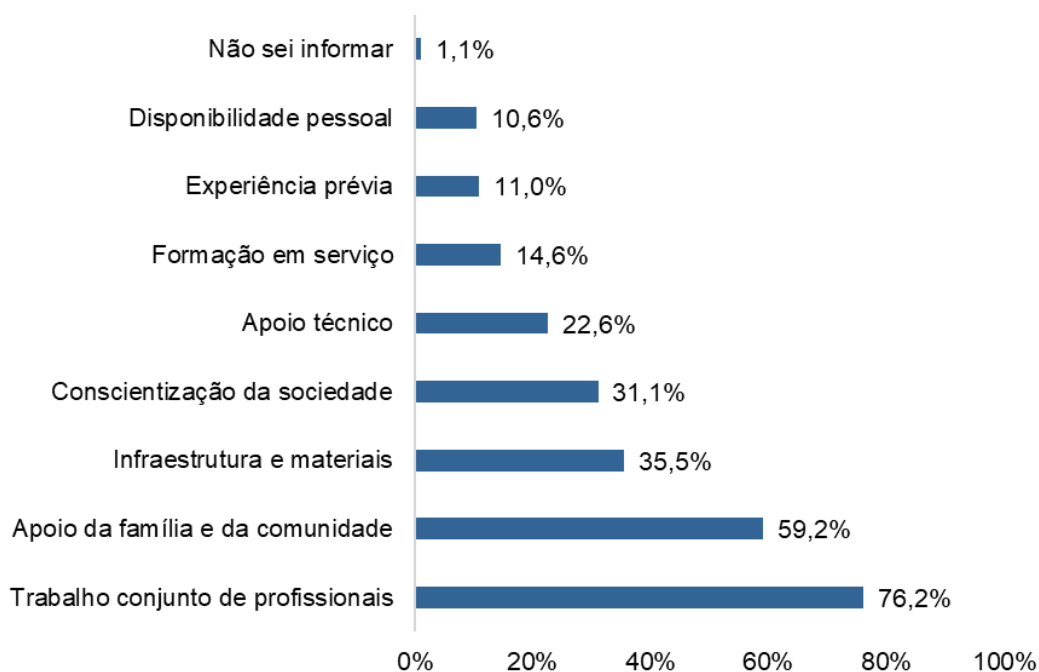
- Durante os grupos focais, a ausência de garantia de direitos trabalhistas para o/a ESV e a falta de oferta de qualificação de toda a rede de ensino foram apontados como desafios para a atuação dos/as ESV.

- Alguns ESVs que participaram dos grupos focais pontuaram que não receberam informações sobre as suas atribuições quando ingressaram nas escolas;
- Para os gestores, a ausência de obrigatoriedade de capacitação destinada aos/às ESVs, somada ao baixo valor da ajuda de custo recebida e a alta rotatividade de voluntários, são fatores que reforçam a condição de precarização do trabalho dos/as ESVs;
- A falta de perfil ou formação específica para realizar as atividades demandadas aos/às voluntários/as e a falta de garantia de alguns direitos trabalhistas, por conta da natureza voluntária do vínculo, são desafios apontados por gestores em relação à atuação dos/as ESVs.

RECOMENDAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

76% dos/as ESVs declararam que o trabalho em conjunto entre os diferentes profissionais é o que mais viabiliza a inclusão no ambiente escolar. O apoio da família dos alunos e da comunidade foi apontado por 59% dos/as respondentes como elemento fundamental para efetivar a inclusão escolar.

Figura 4 - Percepção dos/as ESVs sobre o que viabiliza a inclusão no ambiente escolar

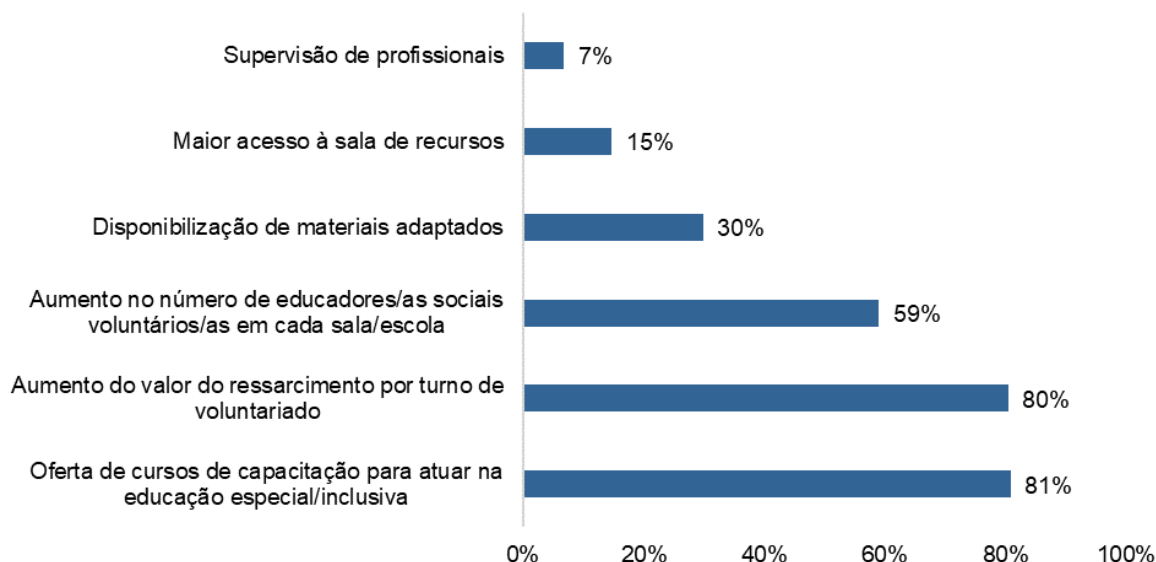


Fonte: Educação Inclusiva no Distrito Federal - 2024.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

Sobre a melhoria das condições de trabalho dos/as voluntários/as, os/as ESVs respondentes indicaram, como demanda, os seguintes aspectos:

Figura 5 - Aspectos que podem melhorar as condições de trabalho dos/as ESVs



Fonte: Educação Inclusiva no Distrito Federal - 2024.

Elaboração: Dipos/IPEDF Codeplan.

- A necessidade de conscientizar professores sobre a importância da **formação continuada** em práticas didáticas e diretrizes das políticas de inclusão escolar foi defendida pelos gestores;
- Aperfeiçoar a **infraestrutura de acessibilidade** e a disponibilização de **materiais didáticos inclusivos** no ambiente escolar foram mencionados pelos gestores como pontos importantes para a promoção da educação inclusiva;
- Os gestores recomendaram o aumento do quantitativo de ESVs por escola e a extensão da sua carga horária;
- A adoção de procedimentos similares à seleção de professores substitutos temporários pela SEEDF foi sugerida para o recrutamento dos/as ESVs, incluindo exigências como: conhecimentos específicos sobre técnicas de cuidado no desenvolvimento infantil e capacitação pedagógica (técnicas e diretrizes) sobre educação inclusiva;
- A inserção de ESVs em reuniões de coordenação pedagógica foi sugerida por gestor como estratégia para promover uma compreensão prévia e conjunta dos planos de atividades junto à gestão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os resultados, é possível sugerir medidas para aprimoramento da educação inclusiva no Distrito Federal. Como pontos-chave, estão o aperfeiçoamento da estrutura física das escolas – como a infraestrutura e acessibilidade escolar – e das práticas pedagógicas, incluindo a aquisição e elaboração de materiais didáticos inclusivos e adaptados às necessidades específicas de cada aluno.

Foi possível captar a centralidade da atuação dos/as ESVs no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Ainda assim, o preparo de quem for exercer esse serviço voluntário é crucial para que estejam alinhados às práticas didáticas inclusivas e às diretrizes da política de inclusão.

O vínculo como voluntário e a consequente falta de alguns direitos trabalhistas é um ponto a ser levado em conta para possíveis readequações do Programa Educador Social Voluntário. Segundo relatos de gestores e ESVs, há diversas implicações por conta desse tipo de vínculo. A regulamentação da profissão é uma forma de valorização e de corrigir possíveis inconsistências em suas atribuições e responsabilidades.

O quantitativo de educadores/as sociais voluntários/as é outro ponto de atenção. O aumento na quantidade de ESVs poderia evitar a sobrecarga e garantir um suporte mais eficaz aos alunos. Mais ESVs nas escolas implica em mais alunos assistidos.

Diante desse panorama, a educação inclusiva no Distrito Federal perpassa pela atuação do/a educador/a social voluntário/a. Dada essa centralidade para a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, é de suma importância que gestores monitorem, avaliem e aprimorem essa política pública.

Como sinalizado pela literatura, há outros atores que devem ser igualmente considerados na pauta da educação inclusiva. É fundamental ouvir professores, monitores e responsáveis de alunos com necessidades educacionais especiais. É a partir da trajetória desses atores que será possível captar possíveis barreiras a serem superadas e pontos para aperfeiçoamento do Programa e da atuação dos/as educadores/as sociais voluntários/as.

EQUIPE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS - DIPOS/IPEDF

- Marcela Machado - Diretora

Coordenação de Estudos e Pesquisas Qualitativos de Políticas Sociais - COPQL/DIPOS/IPEDF

- Jaqueline da Silva Borges - Coordenadora

Supervisão da pesquisa

- Marcela Machado - Diretora
- Jaqueline da Silva Borges - Coordenadora

Participação na pesquisa

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

- Marcela Machado - Diretora
- Jaqueline da Silva Borges - Coordenadora
- Anne Karoline Rodrigues Vieira - Pesquisadora
- Noëlle da Silva - Pesquisadora
- Victor Cezar de Sousa Vitor - Pesquisador

Pesquisadores/as bolsistas (Programa de Bolsas IPEDF Codeplan

Portaria nº 03, de 26 de agosto de 2022)

- Alberto Erich Steimber de Pereira Okada
- Ângela Oliveira de Sá
- Lucyara Franco Ribeiro
- Mariana Gonçalves Farias
- Raphaella Christine Souza Caldas
- Rodrigo de Souza Barbosa
- Wanessa Oliveira Paes Landim

Elaboração do Sumário Executivo

- Anne Karoline Rodrigues Vieira
- Jaqueline da Silva Borges
- Victor Cezar de Sousa Vitor

Editores Eletrônicos

- Anne Karoline Rodrigues Vieira

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan

Setor de Administração Municipal - SAM

Bloco H, Setores Complementares

Ed. IPEDF Codeplan

CEP: 70620-080 - Brasília-DF

Fone: (0xx61) 3342-2222

www.ipe.df.gov.br

ipe@ipe.df.gov.br